

Relatório da Administração - Senhores acionistas: Atendendo às disposições sociais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. **I. Desempenho Operacional:** As atividades operacionais da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos têm por objetivo o financiamento das operações de crédito pessoal e CDC, além de contrato de parceria para emissão do cartão de crédito Lojas Quero-Quero/Verdecard, administrado pela bandeira Verdecard; e cartão de crédito Rede Vivo, emitido e administrado pela bandeira Sigacred, através da aplicação de recursos próprios e coletados de terceiros e partes relacionadas. Em 1º de novembro de 2015 foi prorrogado o contrato de parceria entre a Financiadora com as Lojas Quero-Quero e Verdecard Administradora de Cartões de Crédito S.A. com condições de Não Exclusividade com vigência até 05 de outubro de 2017 e com possibilidades de renovação ao final deste. Após concluir a estruturação de suas operações em 2011, a Financiadora passou a operar a partir de março de 2012 no mercado de crédito pessoal e CDC através de novas parceiras fora do Grupo Quero-Quero. **II. Títulos e Valores Mobiliários:** Em atenção ao disposto no artigo 8º da Circular 3.068/01, do Banco Central do Brasil, a Via Certa Financiadora S.A., possui títulos e valores mobiliários classificados como títulos mantidos "para negociação" em 31 de dezembro de 2015. Adicionalmente a Financiadora não operou com instrumentos financeiros derivativos ao longo do exercício. **III. Gestão de Risco Operacional:** Em atendimento à Resolução 3.380/06 do Banco Central do Brasil a Financiadora estabeleceu uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais responsável pela identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos da instituição. Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada a sua mitigação. O relatório descritivo do gerenciamento do risco operacional encontra-se na sede da Financiadora. **IV. Risco de Mercado:** Em consonância com o que prevê a Resolução 3.464/07 do CMN a Financiadora implementou uma estrutura para gerenciamento dos riscos de acordo com o grau de complexidade dos seus produtos e a dimensão do risco de mercado. **V. Risco Sócio Ambiental:** Em atendimento à Resolução 4.327/14 do CMN a Financiadora implementou a política de risco sócio ambiental (PRSA) em 1º de junho de 2014. **VI. Gerenciamento de Capital:** A estrutura para gerenciamento de capital da Financiadora está definida com base na Resolução CMN 3988/2011 e prevê procedimentos para apuração do Patrimônio de Referência Exigido, Patrimônio de Referência, Índice de Basileia, limites mínimos, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação de capital. **VII. Ouidoria:** Esse componente organizacional está implementado desde 30 de setembro de 2007, onde estamos buscando contínuas melhorias para atendimento integral às determinações da Resolução 3.849/10 do Bacen. Atualmente mantemos registrado todas as solicitações efetuadas ao canal de comunicação do 0800 da Ouidoria. Também deixamos o cliente sempre informado sobre a existência do canal de atendimento e damos o pronto atendimento com a resolução das solicitações dentro dos prazos previstos. Além disso, mantemos atualizados os documentos sociais com as menções sobre a estrutura da Ouidoria e as atribuições do Diretor

Balancos Patrimoniais em 31/12/2015 e 2014 (Em milhares de reais)				Demonstrações de Fluxos de Caixa exercícios/semestre findos em 31/12/2015 e 2014 (Em milhares de reais)				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para exercícios/semestre findos em 31/12/2015 e 2014 (Em milhares de reais)						
Ativo	Nota	2015	2014	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2015	2014	Fluxos de caixa das ativ. operacionais	2º Sem.	2015	2014	Reserva de lucros		
Circulante		151.433	135.408	Circulante		11.342	10.387	Lucro líquido do semestre e exercício		2.578	5.646	23.288	869	-
Disponibilidades	4	401	595	Recursos aceites e emis. de tit.	7	5.673	2.556	Ajustes por:				Saldos em 01/01/2014	-	-
Títulos e valores mobil. e instrum. financ. derivat.		37.905	5.024	Recursos de aceites cambiais		5.673	2.556	Constit. provis. p/ oper. cred. liq. duvid.	18.648	35.926	28.164	Lucro líquido do exercício	-	-
Carteira própria	4	37.905	5.024	Outras obrigações		5.669	7.831	Depreciações e amortizações	164	315	280	Destinação dos lucros:	-	-
Operações de crédito		108.127	124.822	Cobrança e arrecad. de tributos e assemelhados		161	74	Despesa de imposto de renda e contrib. social	801	2.826	3.058	Reserva legal	-	231
Sétor privado	5a	116.095	130.536	Sociais e estatutárias		-	1.448	Varições nos ativos e passivos				Dividendos mínimos obrigatórios	-	-
Provis. p/ oper. de crédito de liq. duvidosas	5b	(7.968)	(6.254)	Fiscais e previdenciárias		951	941	Redução em operações de crédito	(12.183)	(17.293)	(40.224)	Divid. e juros s/capital próprio	-	-
Outros créditos		5.000	5.507	Outras obrigações - diversas	8	4.557	5.368	Aumento em outros créditos	273	580	610	Saldos em 31/12/2014	23.288	1.100
Outros créditos diversos	6	5.000	5.507	Recursos aceites e emis. de tit.		127.043	115.719	Aumento em recursos aceites cambiais e emissão de títulos	4.077	14.441	9.926	Mutações do exercício	-	231
Realizável a longo prazo		13.151	14.338	Recursos de aceites cambiais	7	127.043	115.719	Aumento/(Redução) em outras obrigações	1.177	(582)	2.144	Saldos em 31/12/2015	23.288	1.100
Operações de crédito		11.660	14.138	Patrimônio líquido	9	26.962	24.388	Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.391)	(4.321)	(2.637)	Lucro líquido do exercício	-	-
Sétor privado	5a	35.410	32.401	Capital		-	-	De domiciliados no país	(8.047)	(7.175)	(30.181)	Reserva legal	-	283
Provis. p/ oper. de crédito de liq. duvidosas	5b	(23.750)	(18.263)	De domiciliados no país		23.288	23.288	Caixa líquido proven. das atividades oper.	14.144	37.538	5.940	Reserva estatutária	-	2.291
Outros créditos		1.491	200	Reservas de lucros		3.674	1.100	Fluxo de caixa das ativ. de investimento				Dividendos mínimos obrigatórios	-	-
Outros créditos diversos	6	1.491	200					Aquisição de imobilizado	(280)	(330)	(152)	Divid. e juros s/capital próprio	-	-
Permanente		763	748					Caixa liq. utilizado nas atividades de invest.	(280)	(330)	(152)	Saldos em 31/12/2015	23.288	1.383
Imobilizado de uso		490	241					Fluxo de caixa das atividades de financ.	(1.409)	(4.521)	(4.388)	Mutações do exercício	-	283
Imobilizado de uso		881	552					Pagamento de dividendos	(1.409)	(4.521)	(4.388)	Saldos em 30/06/2015	23.288	1.254
Depreciações acumuladas		(391)	(311)					Caixa líquido utilizado nas ativ. de financ.	(1.409)	(4.521)	(4.388)	Lucro líquido do semestre	-	-
Intangível		273	507					Aumento de caixa e equivalentes de caixa	12.455	32.687	1.400	Destinação dos lucros:	-	-
Intangível		1.170	1.170					Caixa e equivalentes de caixa				Reserva legal	-	129
Amortizações acumuladas		(897)	(663)					No início do período	25.851	5.619	4.219	Reserva estatutária	-	2.291
		(897)	(663)					No fim do período	38.306	38.306	5.619	Dividendos mínimos obrigatórios	-	-
Total do ativo		165.347	150.494	Total do passivo e patrim. líquido		165.347	150.494	Aumento de caixa e equivalentes de caixa	12.455	32.687	1.400	Divid. e juros s/capital próprio	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais) As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1) Contexto operacional: A Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (Financiadora) foi constituída em 20 de agosto de 2001, com a denominação social de Quero-Quero Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos e está autorizada a operar com financiamento de operações de compra a prazo, de operações de crédito pessoal e antecipação de recebíveis, através da aplicação de recursos próprios, captados de terceiros e partes relacionadas. Sua constituição, formalizada em Ata de Assembleia Geral de Constituição, recebeu autorização para funcionamento através do despacho de 05 de julho de 2002 do Banco Central do Brasil, publicado no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2002, retificado no dia 15 de julho de 2002, tendo iniciado as atividades operacionais em novembro de 2002. Em 02 de julho de 2012 foi aprovada em Assembleia Geral a alteração da denominação social para Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos. O processo de alteração foi aprovado em 24 de janeiro de 2013, conforme Ofício 500/2013-BCB/Deorf/GTPAL Pt 1201561767 e a nova denominação social foi divulgada no mercado pela Financiadora a partir da homologação do registro na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul arquivado em 26 de fevereiro de 2013. As atividades operacionais da Financiadora tem por objetivo principal o financiamento das operações de compra a prazo, operações de crédito pessoal e oferta de crédito rotativo aos clientes portadores do cartão de crédito da Via Certa Financiadora S.A. - CFI, através da aplicação de recursos próprios e captados de terceiros. Visando ampliar seu mercado de atuação anteriormente restritos ao Grupo Quero-Quero, com o qual possui contrato de parceria prorrogado em 1º de novembro de 2015 com vigência até 05 de outubro de 2017 com as Lojas Quero-Quero S.A. e a Verde - Administradora de Cartões de Crédito S.A. com condições de não exclusividade, a Financiadora concluiu e implantou a partir de março de 2012 a substituição de todo o parque de tecnologia da informação e contratou consultorias especializadas em, mitigação de riscos, tecnologia da informação e contabilização, entre outros. Após concluir a estruturação de suas operações a Financiadora passou a operar no mercado de crédito pessoal e CDC através de novas parceiras, alternativamente ao Grupo Quero-Quero que em 31 de dezembro de 2015 representam aproximadamente 27,6% (16,2% em 2014) das operações de crédito. **2) Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e associados às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financiadora efetua a revisão das estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. Em 23 de março de 2016, a Diretoria executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las, a partir desta data. **3) Descrição das principais práticas contábeis:** a) Disponibilidades: Disponibilidades são representadas por contas correntes. b) Ajustes de resultados: As receitas e despesas são escrituradas pelo regime de competência. c) Títulos e valores mobiliários: De acordo com a Circular n.º 3.068 de 08 de novembro de 2001 da BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) **Títulos para negociação** - adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; (ii) **Títulos disponíveis para a venda** - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. d) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa: As operações estão classificadas de acordo com as características de garantia e valores individuais envolvidos e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999 do CMN. As baixas de operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo registrados posteriormente. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco, e Ativos circulantes e realizáveis em longo prazo: Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos. f) Permanente: O imobilizado de uso é registrado pelo valor de custo. As depreciações são classificadas pelo método linear utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios e instalações e 20% para sistema e equipamentos de processamento de dados. O ativo intangível está representado por gastos com implementação de software. A amortização para os projetos concluídos é calculada pelo método linear, pelo prazo de 05 anos até sua total amortização. Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável (impairment) em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem possibilidade de redução do valor de recuperação dos mesmos. g) Passivos circulantes e exigíveis em longo prazo: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. h) Tributos: Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Emprest. e antecip. de recebíveis	Financia-mento CDC	Outros créditos c/característica concess. crédito	Total	2015	2014	
A	43.436	47.705	395	91.536	0,5%	458
B	4.456	3.057	689	8.202	1,0%	197
C	5.146	1.019	393	6.558	3,0%	192
D	5.349	764	140	6.253	10%	625
E	5.769	792	173	6.734	30%	2.020
F	4.151	757	183	5.091	50%	2.545
G	3.526	752	190	4.468	70%	3.128
H	14.414	6.159	2.090	22.663	100%	22.663
Total	86.247	61.005	4.253	151.505		31.718

Vencimento
 Vencidos
 A partir de 15 dias 20.771 7.193 3.812 31.776 26.465
 A vencer 37.095 24.222 441 61.758 68.436
 De 3 a 12 meses 26.806 27.531 - 54.337 62.101
 De 1 a 3 anos 1.575 2.058 - 3.633 5.932
 Após 3 anos 1 - 1 - 1 5.932
Total da carteira **86.247 61.005 4.253 151.505 162.937**
 Provis. p/créd. de liq. duvid. (6.167) (1.794) (7) (7.968) (6.254)
 Provis. p/créd. de liq. duvid. - L.Prazo (15.472) (5.885) (2.393) (23.750) (18.263)
Total provis. p/ créd. liq. duvid. **(21.639) (7.679) (2.400) (31.718) (24.517)**
Total líquido **64.608 53.326 1.853 119.787 138.420**
c) Composição da carteira de operações de crédito:

Emprest. e antecip. de recebíveis	Financia-mento CDC	Outros créditos c/característica concess. crédito	Total	2015	2014	
A	43.436	47.705	395	91.536	0,5%	458
B	4.456	3.057	689	8.202	1,0%	197
C	5.146	1.019	393	6.558	3,0%	192
D	5.349	764	140	6.253	10%	625
E	5.769	792	173	6.734	30%	2.020
F	4.151	757	183	5.091	50%	2.545
G	3.526	752	190	4.468	70%	3.128
H	14.414	6.159	2.090	22.663	100%	22.663
Total	86.247	61.005	4.253	151.505		31.718

Operações de crédito em 2015 **Provisão 2015**
 Mínima (Res. nº 2.682/99) % em R\$
 A 0,5% 458
 B 1,0% 197
 C 3,0% 192
 D 10% 625
 E 30% 2.020
 F 50% 2.545
 G 70% 3.128
 H 100% 22.663
Total **31.718**

Operações de crédito em 2014 **Provisão 2014**
 Mínima (Res. nº 2.682/99) % em R\$
 A 0,5% 554
 B 1% 98
 C 3% 213
 D 10% 556
 E 30% 1.544
 F 50% 1.941
 G 70% 2.480
 H 100% 17.131
Total **24.517**

Durante o exercício os créditos renegociados totalizaram R\$ 21.969 (R\$ 18.268 em 2014), as baixas de créditos em atraso há mais de 360 dias totalizaram R\$ 28.725 (R\$ 27.322 em 2014) e as recuperações de créditos baixados para prejuízo (incluindo IOF sobre a operação) foram de R\$ 5.170 (R\$ 5.650 em 2014).

d. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:
 Saldo inicial 24.517 23.675
 Constituição/reversão de prov. para créditos liquidação duvidosa 35.926 28.164
 Créditos baixados contra prejuízo (a) (28.725) (27.322)
Saldo final **31.718 24.517**
 Os créditos baixados contra prejuízos obedecem às práticas contábeis descritas na nota 3.d.

6) Outros créditos - diversos:
 Adiantamentos e antecipações salariais 22 19
 Adiantos a rec. de sociedades ligadas (nota 15a) 191 886
 Créditos tributários de impostos e contrib. (a) 5.906 4.542
 Devedores por depósitos em garantia (b) 41 40
 Devedores diversos - país (c) 331 220
Total **6.491 5.707**

7) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:
 Saldo inicial 24.517 23.675
 Constituição/reversão de prov. para créditos liquidação duvidosa 35.926 28.164
 Créditos baixados contra prejuízo (a) (28.725) (27.322)
Saldo final **31.718 24.517**
 Os créditos baixados contra prejuízos obedecem às práticas contábeis descritas na nota 3.d.

8) Outros créditos - diversos:
 Adiantamentos e antecipações salariais 22 19
 Adiantos a rec. de sociedades ligadas (nota 15a) 191 886
 Créditos tributários de impostos e contrib. (a) 5.906 4.542
 Devedores por depósitos em garantia (b) 41 40
 Devedores diversos - país (c) 331 220
Total **6.491 5.707**

9) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:
 Saldo inicial 24.517 23.675
 Constituição/reversão de prov. para créditos liquidação duvidosa 35.926 28.164
 Créditos baixados contra prejuízo (a) (28.725) (27.322)
Saldo final **31.718 24.517**
 Os créditos baixados contra prejuízos obedecem às práticas contábeis descritas na nota 3.d.

10) Imposto de renda e contribuição social: Demonstramos abaixo a apuração do imposto de renda e contribuição social para o semestre em 31 de dezembro de 2015 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Ampost. de renda e contribuição social correntes:	2015	2014
Lucro antes do I.R. e contribuição social	2º Sem. 3.379	Exerc. 8.472
Efeito das adic. e exclus. no cálculo dos tributos	(615)	1.855
Diferenças temporárias de provisões	21.258	40.577
(-) Excl. por perdas fiscais	(21.936)	(38.808)
Adições permanentes	63	86
Base de cálculo do I.R. e C.S.	2.764	10.327
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.186)	(4.190)
Imposto de renda à alíquota de 25%	(691)	(2.582)
Contribuição social à alíquota de 20% (i)	(512)	(1.646)
Efeito - I.R. adic. 10% acima de R\$ 20 mês	12	24
(-) Deduções por incentivos fiscais	5	14
I.R. e contribuição social - diferido (nota 6.b)	385	1.364
Imposto de renda à alíquota de 25%	(169)	442
Contribuição social à alíquota de 20% (i)	554	922
I.R. e contribuição social no resultado	(801)	(2.826)
(j) A elevação da alíquota da contribuição social de 15% para 20% a partir de 01 de setembro de 2015 elevou em R\$ (97) a contribuição social corrente e R\$ 656 a contribuição social - diferida. O impacto líquido no resultado do 2º semestre de 2015 foi no montante de R\$ 559.		
Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 31 de dezembro, o ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias está registrado no grupo "Outros Créditos" e é assim representado:		
Apuração:	2015	2014
Diferença temporárias		
Saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa		
não dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social	13.124	11.355
Base de cálculo para imposto de renda e contribuição social	13.124	11.355

11) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 31 de dezembro, o ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias está registrado no grupo "Outros Créditos" e é assim representado:

2015	2014
2.625	1.703
5.906	4.542
4.450	4.342
1.456	2.302
5.906	4.542

Movimentação: 2015 2014
Saldo inicial crédito tributário diferido 4.542 4.963
Crédito tributário líquido constituído/(revertido) no exercício
- Imposto de renda 442 (263)
- Contribuição social 922 (158)
Saldo final crédito tributário 5.906 4.542
% sobre o patrimônio líquido 21,90 18,62

Realização: Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrada a seguir. Saldo final crédito tribut. diferido 5.906 4.542
Valor presente dos créditos tributários: De acordo com o estabelecido no inciso V do artigo 3º da Circular nº 3.171 emitida pelo Banco Central do Brasil, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação de 15,37%, está representado por R\$3.150 (R\$ 2.713 em 2014) referentes ao imposto de renda e R\$ 2.520 (R\$ 1.627 em 2014) referentes à contribuição social.

11) Receita de operações de crédito: 2015 2014
2º Semestre Exerc. Exerc.
Receita com juros contratuais 47.281 95.423 84.068
Receita com juros de mora e multa 8.026 15.913 16.595
Descontos de juro de mora e multa (7.555) (12.386) (7.613)
Receita com recuperação de crédito (a) 2.702 5.138 5.630
Total 50.454 104.088 98.680

(a) Valor está apresentado líquido de IOF retido sobre a recuperação.
12) Receita de prestação de serviços: Referem-se basicamente a comissões de intermediação de operações de seguros prestamista e tarifas de operações do cartão de crédito, conforme composição abaixo:

2015 2014
2º Semestre Exerc. Exerc.
Receita com comissões sobre vendas de seguros 947 1.767 1.547
Tarifas de antecip. de recebíveis e de cobrança 252 446 451
Receita de serviços prioritários 1.512 3.083 2.286
Total 2.711 5.296 4.284

13) Outras despesas administrativas: Em 31 de dezembro de 2015 do montante de R\$ 41.721 (R\$ 48.055 em 2014) referem-se principalmente a custos de transações realizadas com partes relacionadas que totalizam R\$ 32.106 (R\$ 40.146 em 2014), conforme apresentado na nota explicativa nº 15.c.

14) Despesas tributárias: 2015 2014
Aliquota 2º Semestre Exerc. Exerc.
Programa de integração social (PIS) 0,65% 278 580
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) 4,00% 1.712 3.405
Imposto sobre serviços (ISS) 2,00% 54 106
Total 2.044 4.256 4.044

15) Transações com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os principais saldos de ativos e passivos, bem como das transações que influenciaram o resultado, relativas a operações de captações com partes relacionadas, realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos e volume de operações ou de prestação de serviços de acordo com as condições estabelecidas em contrato entre as partes, e para operações de crédito em condições específicas considerando o volume das operações e prazos de pagamentos, são os seguintes:

31/12/2015
Lojas Verde Adm. Sentinel Via Certa
Quero Cartões Coxilhas Participa- Pessoas
Quero Créditos S/A ções Físicas Total
Ativo
Valores a receb. (a) 54 137 - - - 191
Operações de Crédito (Passivo)
Rec. aceites camb. (b) - - (1.976) (11.869) (111.280) (125.125)
Desp. adm. pagar (c) (1.409) (352) - - - (1.761)
Resultado
Rec. aceites camb. (b) - - (176) (349) (16.507) (17.032)
Rec. de seg. prot. financ. 351 - - - - 351
Despesas admin. (c) (28.490) (3.616) - - - (32.106)
Rec. oper. de crédito 263 - - - 4 267
Luar Partic. Scholze Scholze Metalur-
Partic. AAA Partic. Incorp. gica
Invest. e Invest. e Empr. Hammer
Serv S/A Serv S/A Imob.Ltda Ltda
(Passivo)
Rec. de aceites camb.(b) (2.777) - (404) (463) - (3.644)
Resultado
Rec. de aceites camb.(b) (394) (17) (99) (43) (1) (554)

31/12/2015
Lojas Verde Adm. Via Certa
Quero Cartões Adm. de
Quero Créd. Consórc.
35 851
Ativo
Valores a receb. (a) - - - -
(Passivo)
Rec. aceites camb. (b) - - (1.646) - -
Desp. adm. pagar (c) - - (2.666) - -
Cont. pagar-repass. (d) - - (363) - -
Resultado
Rec. aceites camb. (b) - - - (120) - -
Despesas admin. (c) (30.776) (9.370) - - (40.146)

(a) Valores a receber referente a liquidações de operações de crédito do último dia do exercício a serem repassadas em D+1 e Seguros de Proteção Financeira; (b) Captações através de recursos de aceite cambiais são remuneradas a taxas que variam de 105% a 115% do CDI em 2015 e 2014; (c) Despesas administrativas a pagar referem-se às obrigações pelos serviços prestados na administração de cadastro, cobrança, utilização de sistemas informatizados e arquivo de documentos relacionados às operações de crédito concedidas aos clientes da Financeira com as Lojas Quero-Quero S.A. oriundas do contrato de parceria celebrado entre as partes, com vigência até 05 de outubro de 2017, onde a utilização de base de clientes, canais e da infraestrutura operacional para exploração de produtos financeiros é remunerada com base em percentual calculado sobre os resultados obtidos e ressarcimento de custos efetivos na utilização de recursos pela Financeira; (d) Contas a pagar - repasses referem-se a recursos liberados a clientes, decorrentes de operações de crédito realizadas no último dia do exercício a serem repassados em D+1. Remuneração dos administradores: No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os benefícios proporcionados pela Financeira na forma de remuneração fixa conforme as responsabilidades de seus Administradores estavam assim compostas:

2015 2014
2º Semestre Exercício Exercício
Remuneração 326 612 556
Encargos sociais 77 142 129
Total 403 754 685

16) Outras informações: a.Não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. b.Conforme legislação vigente, não foi concedido empréstimos ou adiantamentos para: (i) Diretores e Membros do Conselho, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; (ii) As pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10% (dez por cento), salvo autorização específica do Banco Central do Brasil, em cada caso, quando se tratar de operações lastreadas por efeitos comerciais resultantes de transações de compra e venda ou penhor de mercadorias, em limites que forem fixados pelo CMN, em caráter geral; (iii) As pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10% (dez por cento); (iv) As pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento), quaisquer dos diretores ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até 2º grau, c.O valor das contingências possíveis não provisionadas contra a Financeira totaliza em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$ 490, referente a 83 processos cíveis e tributários (R\$ 115 em 2014), referente a 19 processos cíveis e tributários.

17) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez, abaixo definidos: a.Gestão de risco operacional: Em atendimento a Resolução 3.380/06 do Banco Central do Brasil a Financeira estabeleceu uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais responsável pela identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos da instituição. Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada a sua mitigação. O relatório descritivo do gerenciamento do risco operacional encontra-se na sede da Financeira. b.Risco de mercado: Em consonância com o que prevê a Resolução 3.464/07 do CMN a Financeira implementou uma estrutura para gerenciamento dos riscos de acordo com o grau de complexidade dos seus produtos e a dimensão do risco de mercado. c.Risco de crédito: possibilidade de ocorrência de perdas para a Financeira, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados. A Financeira entende que o risco de crédito em sua carteira encontra-se mantido em níveis aceitáveis de exposição e possui condições de gerenciamento que mitigue exposições atendendo assim a Resolução CMN nº 3.721/2009. d.Gerenciamento de capital: A estrutura para gerenciamento de capital da Financeira está definida com base na Resolução CMN 3988/2011 e prevê procedimentos para apuração do Patrimônio de Referência Exigido, Patrimônio de Referência, Índice de Basileia, limites mínimos, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação de capital. e.Risco de liquidez: relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Financeira em obter recursos para honrar seus compromissos. O gerenciamento desses riscos é efetuado através de controles que permitem o acompanhamento diário das operações quanto às diretrizes e limites estabelecidos pela administração, sendo que não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem "hedge" de suas posições ativas e passivas. A Administração considera como aceitável sua exposição aos riscos descritos acima em 31 de dezembro de 2015, não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos, bem como não efetuou cessões de crédito no período divulgado.

18) Limite operacional (Acordo da Basileia): Em 31 de dezembro de 2015 a Financeira encontra-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 11,79%, a Financeira possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 11% para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 3444/07 e nº 3490/07 do CMN e demais normativos complementares. Ainda, possui capital mínimo requerido pelo Bacen conforme Resol. 2.697/99, a.Cálculo do Índice de Basileia:

Demonstrativo das exigibilidades de capital e do índice de Basileia 2015 2014
Patrimônio líquido 26.962 24.388
B - Patrimônio de referência para fins de limites operacionais 26.962 24.388
Alocação de capital: 1 - Risco de crédito (RWAcpad) 12.457 12.673
2 - Risco de mercado (RWAmpad) - -
3 - Risco operacional (RWAopad) 12.299 11.976
C - Patrimônio de referência exigido (1+2+3) 24.756 23.249
D - Alocação de capit. p/ cobertura de risco das operaç. sujeitas à variação de taxas de juros não classific. na carteira de negociação 407 350
E - Valor da margem ("B"- "C"- "D") 1.799 89
F - Total das exposições sujeitas à ponderação de risco 25.163 24.299
G - Total das exposições ponderadas pelo risco 25.163 24.299
H - Capacidade de alavancagem: ("E" *100/11) 16.354 814
I - Índice de basileia: ("B"/("C"+"D"))*100 11,98 11,24
J - Índice de basileia ampliado: ("B"/(("C"+"D")/0,11))*100 11,79 11,04

b. Limites Operacionais: O Banco Central estabeleceu conforme Circular nº 3.686/2013 os procedimentos para apuração dos limites e padrões mínimos regulamentares. Em 31 de dezembro de 2015 as posições da Instituição e exigências normativas para os limites já regulamentados pelo órgão estão demonstradas a seguir:

Exigência Situação Margem
Limites regulamentados (Exigência/Limite)
31/12/2015
Compatibilização do Patrimônio de Referência com o Patrimônio de Referência Exigido 25.163 26.962 1.799
Imobilização 13.481 763 12.718
31/12/2014
Compatibilização do PR com PRE 24.299 24.388 89
Imobilização 12.194 748 11.446

19) Outras informações: Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 05 de janeiro de 2016 foi aprovado o aumento de capital de R\$ 10.000 passando o mesmo para R\$ 33.288 sem emissão de novas ações, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. O respectivo aumento de capital foi protocolado no Banco Central em 06 de janeiro de 2016. O aumento de capital teve como princípio a redução do índice Basileia e busca de melhores indicadores regulamentares e em linha com o objetivo de ampliação dos negócios da Financeira.

Wilmir Hammerschmitt - Presidente; Moacir Carlos Engelmann - Diretor de Operações; Fábio Von Groll - Diretor Adm. e Financeiro; Ademir Rogério Diel - Diretor de Negócios; Adelar José Diel - Contador CRC/RS 026217

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos. Santo Cristo - RS. Examinamos as demonstrações financeiras da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Financeira é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Financeira para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Financeira. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Porto Alegre, 24 de março de 2016